

O NEOLIBERALISMO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Thaís da Salette Gomes da Silva¹

Glandelmar Brilhante de Souto²

Joseane Abílio de Sousa Ferreira³

RESUMO

A forma como se dá o desenvolvimento da educação é inerente às políticas históricas e sociais dos tempos históricos em que ocorreram/ocorrem. A escola já foi privada, tradicional, tecnicista e hoje se denomina progressista; no entanto, os interesses mercadológicos e neoliberais têm se inserido na escola, transformando-a em um instrumento de aplicação dos interesses dessas políticas. Motivado por esses pensamentos e questionamentos, temos, nesse trabalho, o objetivo de discutir as influências das políticas neoliberais na formação do currículo e na formação profissional do professor. A fim de alcançar o objetivo traçado, foi realizada uma revisão bibliográfica, a qual, para a discussão, autores como Nóvoa (2023), Larrosa (2019), Costa, Oliveira, Mendes (2022), Menezes, Palhares, Silva (2023). Diante do exposto, é possível compreender que, pela forma como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é posta, ela se torna uma imposição para o currículo, favorecendo a padronização e o desenvolvimento de habilidades e competências específicas em detrimento de outras, fazendo desse documento um instrumento de poder. Essa base também influencia a formação do professor, porque tanto ele como seus alunos são constantemente submetidos a um sistema de avaliação que está alinhado à base, a mesma que tem a intenção de quantificar o saber que foi ensinado e aprendido.

Palavras-chaves: Base, currículo, formação.

ABSTRAT

The way in which education develops is inherent to the historical and social policies of the historical times in which they occurred/occur. The school was once private, traditional, technicist and today it calls itself progressive, but market and neoliberal interests have inserted themselves into the school, transforming it into an instrument for applying the interests of these policies. Motivated by these thoughts and questions, the aim of this work is to discuss the influences of neoliberal policies on the formation of the curriculum and on teachers' professional training. In order to achieve this objective, a bibliographical review will be carried out, bringing into the discussion authors such as Larrosa (2019), Costa et al (2022), Menezes et al (2023), Nóvoa (2023). In view of the above, it is possible to understand that the way in which the National Common Curriculum Base (BNCC) is put forward, it becomes an imposition on the curriculum, favouring standardization and the development of specific skills and competences to the detriment of others, making this document an instrument of power. This base also influences teacher training, because both teachers and their students are constantly subjected to an assessment system that is aligned with the base and quantifies how much knowledge has been taught and learned.

Keywords: Basis, curriculum, training.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação- POSEDUC, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, thaisgomes262@gmail.com;

² Graduado em Matemática da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, glandelmarsouto@gmail.com;

³ Professora Dra do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, joseaneabilio@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

A forma como se dá o desenvolvimento da educação é inerente às políticas históricas e sociais do tempo em que ocorreram ou ocorrem. No período da colonização, o Brasil teve uma educação tradicional, pautada em critérios religiosos; no período pombalino, a educação permanece tradicional, mas passa a ser estadista e laica. Com o advento da República e o crescente processo da industrialização, a educação passou por algumas mudanças, influenciada pelo movimento da Escola Nova. A escola reforçou seu caráter laico e público, porque acreditava-se que a educação era a melhor forma de garantir igualdade e oportunidade às pessoas, que precisam estar aptas para as emergentes demandas do mercado de trabalho.

No período militar, a escola sofreu uma nova reorganização, a fim de se adaptar ao modelo político e social vigente. Sendo assim, a educação assumiu o caráter tecnicista, em que a ênfase era dada aos conteúdos, que tinham a pretensão de preparar os sujeitos para o mercado de trabalho, haja vista que o grande interesse era dispor de mão de obra com formação básica e rápida, barata e pouco pensante, para trabalhar na linha de produção das fábricas, gerando o lucro tão necessário para alimentar o capitalismo e o setor empresarial.

Hoje, com a retomada da República, se fala muito em política progressista para a educação, no entanto, o que se vê são muitas ações que trazem resquícios das políticas tradicionalista e tecnicistas, que querem padronizar e apostilar o ensino, para que alunos e professores não usem suas criatividade para desenvolverem o pensamento crítico e reflexivo, indispensável para formar sujeitos livres e reconhecedores de seus direitos e deveres. Como exemplo disso, é possível citar a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traz, nas suas justificativas, promover a melhoria da qualidade da educação, mas tem um caráter de padronização que tende a excluir pessoas e grupos, dada a amplitude regional que temos no Brasil. Com isso, nos questionamos quais são os reais interesses e discussões que estão em voga na implementação da BNCC?

Motivado por esses pensamentos e questionamentos, temos, nesse trabalho, o objetivo de discutir as influências das políticas neoliberais na formação do currículo e na formação profissional do professor. A fim de alcançar o objetivo traçado, será feita uma revisão bibliográfica, trazendo para a discussão autores como Larrosa (2019); Costa, Oliveira, Mendes, Oliveira (2022); Menezes, Palhares, Silva (2023); Nóvoa (2023) para tecer um texto em uma seção única que justifica a presença e a influência do capitalismo e das políticas neoliberais na educação, sobretudo na construção do currículo que envolve mais que os alunos na sala de aula,

envolve também a formação do professor, para alinhar seus pensamentos e práticas à base curricular em uso.

AS REGRAS DO NEOLIBERALISMO TRANSFORMAM A EDUCAÇÃO EM UM JOGO DE INTERESSE E PODER.

O século XX e, principalmente, o século XXI, ambos, têm sido pautados por agendas econômicas de cunho neoliberal. Essa política tem sido uma forma de pensar, que influencia não somente a economia, mas também as mentes, comportamentos e a educação. No caso da educação, o neoliberalismo traz ideias como especialização, padronização e meritocracia. Nesse desejo de colocar as pessoas em um mesmo padrão, as agendas neoliberais têm criado mecanismos de induzir as nações a padronizarem suas formas de ensino, mediante a criação de uma base educacional comum. Para que a aplicação dessa base ocorra de forma eficaz, é preciso que se pense em uma nova forma de ensino. Para tanto, é preciso construir um novo professor, um novo modelo de formação de professor, para estar alinhado aos princípios neoliberais.

Para refletir acerca de uma base curricular, tomamos como exemplo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual está professorá em vigor no Brasil. A BNCC, como descrito no próprio documento, tem caráter normativo, que visa definir características padrão que definem o conjunto progressivo e orgânico de aprendizagens fundamentais que todos os alunos devem adquirir ao longo das fases e modalidades da educação básica, e que garantam seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE). A expectativa é que a BNCC promova o fortalecimento do sistema educacional e ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais de cooperação entre as três esferas do governo e agir como um balizador da qualidade educacional. Para isso, deve garantir que, além de acesso e permanência na escola, todos os alunos tenham um nível de aprendizagem comum, isso que deve ser feito pela BNCC (Brasil, 2018). A criação da base sugere um nivelamento de currículo, que é defendido por alguns como forma de garantia de qualidade do ensino. No entanto, é preciso questionar que tipo de qualidade de ensino se quer, porque temos uma diversidade de conhecimentos e saberes que não podem ser contemplados dentro dos conhecimentos comuns colocados na BNCC. Ainda existe uma diversidade de pessoas e classes sociais dentro da escola, as quais não têm as mesmas oportunidades e nem aprendem da mesma forma. Considerando as diversidades presentes no ensino e na aprendizagem, podemos entender que o ensino padronizado pode ser benéfico a alguns grupos, mas restringe a capacidade criativa

e reflexiva de professores e alunos, o que não necessariamente garante uma melhoria na educação, mas limita o ensino e aprendizagem.

A fim de contribuir com essa discussão, temos os estudos de Costa, Oliveira, Mendes, Oliveira (2022), que estudam os documentos que fundamentam a base e a enxergam como uma imposição para escolas, professores e alunos, nos moldes como ela foi colocada, haja vista que não houve um debate sólido sobre a sua construção e a aplicabilidade das suas ideias nos mais diferentes recantos do Brasil. Além do mais, a BNCC não foi pensada de uma forma unificada, pois, apesar de falar em conhecimentos comuns e necessários a todos os alunos, é homologada em partes, sendo a primeira em 2017, referente à Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e um ano depois disso é que passa a existir a base nacional do Ensino Médio. Esse mesmo autor critica a questão de a base não levar em conta os contextos locais, contribuindo para uma padronização do ensino que é executado de forma excludente, desigual e combinada com os princípios neoliberais. Da forma como é posta, a BNCC influencia a formação da identidade profissional do professor, da qual também é desprezada a capacidade de produzir o seu conhecimento, sendo reduzido a mero executor de políticas e ações que foram pensadas pelos especialistas da educação.

A Base incentiva o foco na aprendizagem e no estudante, deixando o ensino e o professor em segundo plano. Diante desse cenário, o professor vai sendo (des)territorializado e expulso do seu território, precisa se transformar em outro modelo de profissional, para atuar em um lugar onde as regras estão bem definidas, dizendo o que e como os alunos devem aprender. Nesta nova área, os docentes são esvaziados do seu ofício e incumbidos de solucionar problemas que requerem outras interações sociais. O modo de ensinar proporcionado pela implementação da BNCC nos anos iniciais do Ensino Fundamental pode ser visto como um incentivo para uma abordagem flexível ao gerenciamento educacional. O professor não ter a oportunidade de conhecer, planejar, traçar objetivos, definir conteúdos e escolher metodologias, ele se torna contribuinte, ainda que inconsciente, para a destruição dos sistemas ético-profissionais, que deveriam ser dominantes nas escolas, o que faz com que sejam substituídos por sistemas empresariais competitivos (Faleiro; Wanderer, 2023).

Conforme diz Larrosa (2019), os especialistas da educação querem esvaziar o professor da singularidade, da maneira própria de fazer as coisas. Infelizmente, tem existido a supervalorização da técnica, em detrimento da vocação e do ofício. Isso faz com que o profissional perca a sua identidade, porque o trabalho virou sinônimo de dinheiro, logo passou a ser mera mão de obra a serviço do Estado, das empresas e do capitalismo. A escola das competências, do ofício, do aprender a aprender está desaparecendo para dar lugar ao

capitalismo cognitivo. Nesse caso, fala-se de não-vocação e não-ofício, os quais tornam o professor um escravo sem autonomia, nem liberdade para exercer a sua profissão. As estratégias para induzi-lo à escravidão, à obediência, sendo escravo do estado, da economia ou da religião, são fazer da escola um instrumento de alguém, por meio de determinadas políticas, e do professor um servidor, funcionário de grupos que pensam as políticas da educação; esses são os empresários e representantes da educação. Para acabar com a liberdade do professor, criam-se cordas; essas cordas são o conhecimento especializado, as competências, prestação de contas, flexibilidade, padronização e incentivos. A cultura da burocratização devastou a escola e o professor.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o trabalho do professor é um ofício, com fazer fenomenológico, que precisa ser observado para ser compreendido, não é um fazer técnico, logo deve ser um compromisso por decisão, para satisfação e com significado, e não por obrigação como dever e hábito. A obrigação, muitas vezes, vem antes do compromisso livremente assumido, e isso compromete a qualidade do ensino, porque, quando as ações e gestos, que requerem o pensar, são padronizados, as mãos não são criativas, nem humanas, porque lhes colocam coisas já prontas apenas para serem executadas. A figura do pedagogo consiste em tirar as pessoas do lugar de rotina e conduzi-las para fora da caverna, mas é preciso revitalizar o amor, a vocação e o ofício, porque, muitas vezes, são as máquinas que pensam pelas pessoas. O amor, a vontade de fazer algo mais pela educação é o que motiva, a fé do professor que o faz acreditar que pode melhorar o mundo por meio do ofício de educar.

Acredita-se que as decisões de ordem teórica foram feitas com equilíbrio de audácia, discernimento e coragem. Compreendemos que há muito mais sobre o que não se pode ver. Por causa disso, acreditamos que é necessário continuar investigando os espaços escolares, para examinar os planos de estudo, projetos, avaliações e toda a documentação pedagógica. Isso nos permitirá identificar as novas subjetividades criadas pela escola moderna (Faleiro; Wanderer, 2023).

Por esses e outros motivos, discutir a aplicação da base e a formação do professor à luz desses documentos oficiais é urgente, para se pensar os caminhos da profissão docente. Sobre a formação e a identidade profissional do professor Menezes, Palhares, Silva (2023) reflete sobre os contributos das políticas neoliberais na construção ou não de um professor reflexivo e crítico. Em seus achados de pesquisa, esses autores afirmam que a formação do professor não ocorre de forma completa, refletindo a teoria do pensamento complexo de Edgar Morin, mas vem sofrendo constantes mudanças em favor de uma formação fragmentada, que serve, muitas vezes, a uma formação técnica e especializada.

Quanto mais especializado o conhecimento, menor liberdade de o professor criar para dar sua aula. Conforme já citado por Larrosa (2019), o capitalismo cria amarras para tornar o professor escravo dos mandos e obediências do capital; com isso, o capitalismo cria as cordas. Essas cordas são a corda da especialização, em que o professor se limita a fazer algo; a corda da padronização, em que tudo deve ser ensinado seguindo um modelo que parece colocar as pessoas no mesmo lugar, exigindo que o professor entregue o que está posto em documentos prontos. No entanto, não se deve ensinar as pessoas da mesma forma, porque elas não partem dos mesmos lugares, nem têm as mesmas oportunidades. Há ainda a corda da flexibilização e do incentivo; essa primeira torna possível que pessoas sem a formação em licenciatura possam dar aula, e a segunda torna o professor um funcionário a serviço de algo ou de alguém.

Todas essas coisas são mensuradas por meio de avaliações, nas quais o professor é submetido a ações que controlam o seu trabalho, tornando-o responsável pela qualidade da educação. Em conformidade com esse pensamento, Costa, Oliveira, Mendes, Oliveira (2022) diz que, como forma de impor mais eficazmente a base comum curricular, a união centralizou o sistema de avaliações e criou os rankings que mais contribuem para a disputa de "qualidade" entre as escolas. Essas escalas são criadas por meio de notas obtidas por alunos e escolas e pressionam estados e municípios por resultado. Sendo assim, e a fim de preparar o seu público para essas avaliações de larga escala, essas entidades são pressionadas para criar os seus próprios sistemas de avaliação, deixando as escolas submetidas a duplo ou triplo avaliações anuais. Além das avaliações, os professores também estão submetidos a outras atividades burocráticas que são facilitadas pelo uso da tecnologia (Nóvoa, 2023).

Como se não bastasse a responsabilidade pela qualidade e a constante supervisão por meio de sistemas de avaliações, ainda há os futuristas da educação, que contribuem ainda mais para desqualificar o professor, sugerindo que, com o advento da tecnologia, a escola vai morrer, o professor será dispensado, pois o ensino passará a ser digital e a pedagogia deverá dar lugar à tecnologia. Diante dessas ideias futuristas apresentadas em Nóvoa (2023), esse mesmo autor critica o fato de querer se desprezar a escola, desqualificar o professor, porque, apesar de não ser perfeita, a escola ainda é um dos poucos lugares que protegem os mais pobres, abrindo portas e oportunidades. O professor, por sua vez, não pode deixar de existir, porque não existe ensino sem relações humanas, sem contato, sem presença e sem emoções. Só existe a aprendizagem porque existe alguém para ensinar.

Miller e Rose (2012) apud Faleiro; Wanderer (2023) dizem que a análise das formas contemporâneas de governabilidade se concentra nas tecnologias dessas subjetividades – ou seja, nos métodos, objetivos, técnicas e padrões utilizados pelos indivíduos para dominar,

conduzir e melhorar a si mesmos. Argumenta que os mecanismos discursivos que representam o domínio a ser governado são necessários para o governo de uma família, de uma criança ou até de si mesmo. Afirmam ainda que, para entender as formas de governo modernas, é necessário observar os mecanismos sutis e não apenas os grandes planos políticos, haja vista que, na racionalidade política da primeira metade do século XX, os indivíduos deveriam ser integrados na sociedade com as necessidades sociais, na qual ambos (indivíduo e sociedade) tinham suas reivindicações, buscando segurança, bem-estar, contentamento e solidariedade. No entanto, em meados de 1980, a racionalidade política se deslocou e o discurso passou a falar sobre a liberdade individual, escolha pessoal e liberdade de escolha. Isso levou as pessoas a se sentirem atores econômicos e sociais, investindo em si mesmas, promovendo o crescimento econômico e empreendendo na felicidade pessoal.

Essas ideias de morte da escola e substituição da escola servem bem ao capital e ao neoliberalismo, que desejam transformar a escola em um negócio lucrativo, o qual prepara mão de obra cativa e irreflexiva. Nóvoa (2023) afirma que a escola precisa ser renovada, mas a transformação da escola passa pelo professor, então a formação de professor precisa ser realizada em um lugar, o qual o autor chama de Terceiro Setor, em que universidade, escolas públicas de educação básica, jovens e experiências, professores e gestão pública sejam convidados a ocuparem o mesmo lugar, para discutir sobre as melhorias da educação, mas sem deixar a educação perder o seu caráter público e comum, tendo em vista que ela não pode se restringir à individualidade do espaço particular de casa, porque casa e escola servem a propósitos diferentes. Em casa se vive a individualidade, na escola, o comum; em casa se vivem as ideias iguais, na escola se convive com ideias diferentes, e são essas diferenças que são responsáveis por criar a ideia comum entre os sujeitos. A educação deve ocorrer em um espaço comum, para a formação de ideias comuns, e isso só é possível com o fortalecimento de uma educação pública e de qualidade, que esteja a serviço da democracia e de permitir que a escola se funde com um território de vida, pois a escola nos territorializa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das ideias aqui expostas, é possível compreender que a BNCC é um documento que foi instituído para normatizar a educação; no entanto, na forma como foi posta, sem uma discussão densa e sem levar em conta as particularidades de cada região, o referido passou a ser visto como uma imposição para escola e educadores. A base mais parece estar a serviço do neoliberalismo e de grupos empresários inseridos dentro da educação, tendo em vista que ela

reforça a especialização, a padronização de ação e contribui com a possibilidade de um ensino apostilado, que se assume como técnico e coloca o professor na condição de executor de tarefas.

A normatização proposta pela base acaba por determinar como devem ser os currículos das escolas de educação básica, tendo em vista que, para garantir a plena execução desse normativo na educação, existem os incentivos para alinhar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas e a formação de professores a essa base. Além disso, há as avaliações nacionais, que são todas baseadas nas habilidades e competências da BNCC, e, para alcançar os percentuais desejáveis nessas avaliações, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os currículos precisam direcionar as aprendizagens para o que se pede. O IDEB diz aferir a qualidade da educação, logo quanto maior o percentual alcançado, melhor se diz a qualidade da escola, com isso as escolas ficam condicionadas a construir os seus currículos baseados na BNCC, sob pena de não alcançar os índices e serem julgadas como de baixa qualidade.

Não bastasse os currículos, os professores também são formados para a base, tendo em vista que ela só será efetivamente aplicada quando os professores estiverem alinhados a ela. Nesse sentido, a formação profissional do professor passa por mudanças, que os ensina a saber muito de pouco e a seguir manuais de ensino preestabelecidos, esses que traduzem as mesmas competências que estão postas na base. Com a base comum, a escola se torna um instrumento de aplicação do que está escrito, e os professores se tornam funcionários do estado ou de empresas que não os permitem pensar, tirando deles a arte, o ofício e a vocação da profissão.

De uma forma talvez sutil, mas a BNCC, com sua proposta de formação comum na educação e sem levar em conta as regionalidades, tem modificado e muito a dinâmica do ensino, influenciando a forma como se constroem os currículos das escolas e na forma como se prepara os professores para pôr em execução esse currículo. É preciso repensar a base e ver até onde ela favorece ou não a qualidade do ensino, principalmente nas escolas públicas, que precisam reforçar o seu ser comum na diversidade e para a democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

COSTA, Anderson Gonçalves; OLIVEIRA, Brena Kecia Andrade de; MENDES, Claudia Maria Sales; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de. A Base Nacional Comum Curricular sob a coordenação federativa: crítica à proposta e às formas de indução. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas - TO - v. 9, n. 05, p. 10-23, março, 2022. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/149>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FALEIRO, Betina Wiebusch; WANDERER, Fernanda. BNCC e suas formas de conduzir a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Série-Estudos**, v. 28, n. 63, p. 91-110, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/784/699>. Acesso em 10 de jun. 2024.

LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê**: sobre o ofício de professor. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MENEZES, Alcivânia de Oliveira; PALHARES, Emanuella de Azevedo; SILVA, Francisco Canindé da. Formação humana, profissionalização docente e identidade: articulação entre saberes e experiências cotidianas. **Formação em Movimento**, v. 5, n.11, 2023. Disponibilidade em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/784>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NÓVOA, António. **Professores**: libertar o futuro. São Paulo: Diálogos Embalados, 2023.
